

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA

**REGIMENTO INTERNO DO PROGRAMA  
DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL  
VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

**2015**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DA VITÓRIA  
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL DE INTERIORIZAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE

# **REGIMENTO INTERNO VITÓRIA DE SANTO ANTÃO**

**2015**

Regimento Interno Lido e Debatido nos Colegiados de 8.07.15 e 26.08.15

Reitor  
Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor  
Profa. Florisbela Campos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação | PROPESQ  
Prof. Ernani Rodrigues de Carvalho Neto

Coordenação de Residência PROPESQ  
Sra. Patricia Maria Serrano Barbosa Mergulhão

Coordenadora da Comissão de Residência Multiprofissional | COREMU - UFPE  
Dra. Marina Petribú

Coordenadora das Residências Vinculadas ao Centro Acadêmico de Vitória  
Dra. Sandra Cristina Santana

Diretor do Centro Acadêmico da Vitória  
Prof. José Eduardo Garcia

Vice-Diretor  
Prof. René Duarte Martins

Coordenadora do PRIMIAS - Vitória de Santo Antão  
Profa. Flávia Cristina Morone Pinto

Vice-Coordenadora  
Profa. Jorgiana Oliveira Mangueira

Coordenação do PRIMIAS | Secretaria Municipal de Saúde de Vitória de Santo Antão  
Dra. Marília Gabriela Silva

Secretaria do PRIMIAS – CAV-UFPE  
Ana Patrícia Campos

## SUMÁRIO

Da Natureza do Programa e Público-Alvo	05
Dos Objetivos	05
Da Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU)	07
Da Organização e Coordenação do Curso	07
Do Docente Tutoria e Preceptoría	11
Da Admissão e Matrícula	13
Dos Direitos e Deveres dos Residentes	13
<b>Seção I: Direitos /Bolsa de Estudos/Licenças/Afastamentos/Trancamentos</b>	13
<b>Seção II: Das Obrigações e Responsabilidades na Aprendizagem/Regime Disciplinar</b>	16
Das Atividades Teóricas e Teórico-Práticas	18
Das Atividades Práticas	18
Da Avaliação	19
Do Estágio optativo	19
Da Monografia	20
Do Regime Disciplinar	22
Das Disposições Finais	24

## TÍTULO I

### DA NATUREZA DO PROGRAMA E PÚBLICO-ALVO

Art. 1º. O Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde (PRMIAS) é uma modalidade de ensino de pós-graduação *lato sensu* destinada a diferentes profissões da área de saúde, do CAV/UFPE na cidade da Vitória de Santo Antão, em parceria com a Secretaria de Saúde do município, que é a instituição executora.

§ 1º. As áreas de concentração e o desenvolvimento técnico-pedagógico ocorrerão em conformidade com a legislação vigente para funcionamento da Residência Multiprofissional em área da Saúde determinadas pela Coordenação do Programa, cuja responsabilidade será do Centro Acadêmico de Vitória da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE/CAV), e pela Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU) com aprovação da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS).

§ 2º. As áreas de concentração poderão ser extintas, assim como novas áreas poderão ser criadas, considerando as determinações da COREMU.

Art. 2º. O programa tem duração de 2 (dois) anos em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com carga horária total de 5.760 horas, das quais 20% (1.152 horas) serão destinadas às atividades teóricas, e 80% (4.608 horas) às atividades teórico-práticas e práticas.

Art. 3º. A carga horária semanal é de (60) sessenta horas, distribuídas entre atividades teóricas, teórico-práticas e práticas, incluindo plantões aos finais de semana e feriados, quando necessário.

Art. 4º. Os residentes do Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde receberão uma bolsa mensal com valor previamente estabelecido - financiada pelo Ministério da Saúde/ Ministério da Educação, com modalidade de dedicação exclusiva à residência.

Art. 5º. As atividades curriculares do programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde terão início no mês de março de cada ano.

## TÍTULO II

### DOS OBJETIVOS

Art. 6º. O objetivo geral do PRMIAS é formar profissionais de saúde em nível de pós-graduação, através da modalidade residência multiprofissional em saúde, com treinamento supervisionado em serviço, para atuação na atenção primária, média complexidade e demais setores da rede de serviços de saúde disponível no município, visando à fixação de profissionais qualificados no interior, objetivando o desenvolvimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no município da Vitória de Santo Antão.

Art. 7º. Os objetivos específicos do PRMIAS são capacitar os residentes para:

I. Atuar na atenção primária à saúde, de forma multiprofissional e interdisciplinar, elegendo o território, a comunidade e a família como referências no atendimento à saúde e de responsabilidade sanitária dos profissionais de saúde;

II. Conhecer a população do território, identificar riscos à saúde e programar ações individuais e coletivas, voltadas para a melhoria das condições de vida e de saúde;

III. Identificar e conhecer as formas de organização da comunidade, colaborando para a formação de sujeitos sociais e incentivando o efetivo exercício do controle social dos serviços e ações de saúde;

IV. Identificar e utilizar os recursos e equipamentos sociais existentes na comunidade de forma complementar para o desenvolvimento das ações de promoção da saúde e de sustentabilidade;

V. Estabelecer prioridades, planejar ações e gerenciar planos, programas, projetos e atividades de trabalho com as equipes de saúde, levando em consideração o perfil sócio-demográfico-cultural epidemiológico e sanitário da população;

VI. Realizar ações de assistência integral e contínua à saúde, com resolubilidade e boa qualidade, buscando garantir os princípios doutrinários do SUS - universalidade, integralidade e equidade;

VII. Atuar na recuperação da saúde de indivíduos, sistematizando as informações coletadas na história e exame clínicos para a formulação de hipóteses aos problemas de saúde das pessoas, visando à elaboração de planos de cuidado que considerem a autonomia, a tutela, o consentimento e as condições socioculturais do paciente.

VIII. Realizar ações de Promoção da Saúde, incluindo atividades de educação em saúde, vigilância e monitoramento de situações de risco, incentivo a políticas locais e hábitos saudáveis;

IX. Estabelecer parcerias através do desenvolvimento de ações intersetoriais com a finalidade de intervir sobre os fatores de risco que a população está exposta;

X. Contribuir para democratização do conhecimento da população sobre os determinantes do processo saúde-doença e sobre a importância das políticas públicas para a garantia da qualidade de vida da população;

XI. Atuar na formação e na capacitação dos agentes comunitários de saúde, agentes de saúde ambiental, pessoal técnico e auxiliar, bem como de outros agentes que atuem no território;

XII. Possibilitar a articulação das unidades de saúde com atividades de ensino, pesquisa e extensão, viabilizando campos de prática sintonizados com as mudanças curriculares em curso, especialmente com ações do Pró-Saúde;

XIII. Assistir integralmente o indivíduo, desenvolvendo ações preventivas, curativas e de promoção à saúde, tendo a atenção básica como ponto de conexão de um sistema público de saúde, focado na equipe interdisciplinar.

XIV. Atuar na identificação dos riscos ambientais que determinam a morbimortalidade e adotar medidas que reduzam ou eliminem estes riscos para a população.

XV. Avaliar suas ações nos diversos níveis de atuação, territórios, centro de saúde, unidade de saúde da família, comunidade e ambulatórios, de forma aberta e crítica, sempre tomando como referência a responsabilidade e a ética.

### TITULO III

#### DA COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE (COREMU)

Art. 8º A instituição formadora, em parceria com a instituição executora, e demais Programas de Residência Multiprofissional em Saúde ou em Área Profissional da Saúde, deverá constituir e implementar uma única Comissão de Residência Multiprofissional - COREMU.

§ 1º A Instituição formadora é Centro Acadêmico de Vitória - CAV, da UFPE, que oferece o Programa de Residência em parceria com a instituição executora, Secretaria de Saúde de Vitória de Santo Antão;

§ 2º Cabe às instituições formadora e executora proverem condições de infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos para a instalação e o funcionamento do PRMIAS.

Art. 9º São atribuições da COREMU:

- I. Coordenação, organização, articulação, supervisão, avaliação e acompanhamento de todos os Programas de Residência Multiprofissional ou em Área Profissional da Saúde de uma instituição formadora.
- II. Acompanhamento e avaliação de desempenho dos Residentes.
- III. Definição de diretrizes, elaboração de editais e acompanhamento do processo seletivo de candidatos.

### TITULO IV

#### DA ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 10º. O Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde (PRMIAS), vinculado ao Centro Acadêmico de Vitória, é objeto de coordenação central pela COREMU e PROPESQ.

Art. 11º. O Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde (PRMIAS/ UFPE/CAV) será organizado e conduzido por um (a) Coordenador (a) e um (a) Vice-Coordenador (a), eleitos (as) pelos docentes, tutores, preceptores e residentes, homologados (as) pelo Conselho Departamental e pelo (a) Diretor (a) do Centro Acadêmico de Vitória.

§ 1º. Caso não haja processo de eleição o colegiado deverá indicar um Coordenador e seu vice para o Programa, devendo estes serem homologados pelo (a) Diretor (a) do Centro Acadêmico de Vitória e pelo Conselho Departamental.

§ 2º. O (A) Coordenador (a) e o (a) Vice-Coordenador (a) terão mandatos de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução, através de nova eleição ou indicação.

§ 3º. O (A) coordenador (a) será substituído (a) em suas ausências ou impedimentos pelo (a) Vice-Coordenador (a).

**§ 4º.** Na ausência do coordenador e do vice-coordenador, assumirá o decano do PRMIAS, ou seja, o docente pertencente ao PRMIAS que possui mais tempo de vínculo com a instituição formadora.

**Art. 12º.** A coordenação didático-pedagógica do Programa será exercida por um Colegiado, composto por membros natos e indicados pelos seus representantes:

- Coordenador (a) e Vice-coordenador (a);
- Coordenador(a) dos Programas de Residência vinculados ao Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão;
- 01 Representante Preceptor (a) por equipe NASF;
- 01 Representante Preceptor (a) Enfermeiro (a);
- Os Tutores de Campo;
- 01 representante dos Tutores de Núcleo;
- 01 Representante dos docentes, indicado pela formadora;
- 01 representante do gestor local de saúde do Município de Vitória de Santo Antão;
- 02 Representantes dos Residentes sendo 01 (R1) e 01 (R2).

**§ 1º** A cada representante corresponderá um suplente, que substituirá o titular em sua ausência, com exceção do coordenador(a), vice-coordenador(a) e coordenador(a) das Residências do CAV, que não têm suplente;

**§ 2º** A reunião terá início no horário previsto na convocação com os membros presentes. Para qualquer deliberação, será exigido um quórum mínimo de metade mais um dos seus membros em exercício, na primeira chamada. Decorrida uma hora, não se tendo alcançado o quórum, delibera-se com o quórum reduzido para um terço dos componentes do colegiado.

**§ 3º** Os representantes dos residentes e seus suplentes serão eleitos dentre os residentes regulares com um mandato de 01 ano, com direito à recondução, podendo haver modificação da representação antes deste prazo, se necessário.

**Art. 13º.** O Colegiado do Programa de Residência tem as seguintes atribuições:

- I. Coordenar, orientar, e fiscalizar o funcionamento didático e orçamentário do curso;
- II. Propor a Pró-Reitoria para Assuntos de Pesquisa e Pós-Graduação, através da COREMU as decisões referentes à: grade de disciplinas integrantes do currículo da Residência, com as respectivas epígrafes, ementas indicativas do conteúdo programático, cargas horárias, números de créditos e condições de creditação;
- III. Alterar a estrutura curricular e o regimento do Programa de Residência.



- IV. Estabelecer a lista de disciplinas a serem oferecidas pelo Programa de Residência, em cada ano;
- V. Acompanhar as atividades docentes e propor, no interesse do Programa PRMIAS, a substituição de professores ou outras medidas que forem julgadas necessárias;
- VI. Deliberar sobre a indicação de orientadores de trabalho final de curso e autorizar eventuais substituições;
- VII. Decidir sobre os recursos de residentes, referentes a assuntos acadêmicos do Programa de Residência;
- VIII. Opinar sobre quaisquer outras matérias de interesse do Programa de Residência que lhes sejam encaminhadas por órgãos: Prefeitura da Cidade de Vitória de Santo Antão, Unidades de Práticas, ou Administração Superior;
- IX. Realizar eleição ou indicação para Coordenador (a) e Vice-Coordenador (a) do Programa de Residência;
- X. Desempenhar as demais atribuições que lhes forem determinadas pelo Regimento Geral da UFPE, por Resoluções do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão - CCEPE e pelo Regimento do PRMIAS/UFPE/CAV.

Art. 14º. O colegiado do programa se reunirá regularmente quando convocado pelo Coordenador do Programa.

**Parágrafo único:** As frequências às reuniões serão obrigatórias, sendo permitidas apenas faltas justificadas. No caso de falta dos representantes dos residentes R1 e R 2, estes deverão ser substituídos pelos seus respectivos suplentes.

Art. 15º. Compete ao (a) Coordenador (a) e ao (a) Vice - Coordenador (a) do PRMIAS/UFPE/CAV, as seguintes atribuições:

- I. Fazer cumprir as deliberações da COREMU;
- II. Coordenar o processo de análise, atualização e aprovação das alterações do projeto pedagógico do programa junto ao Colegiado;
- III. Garantir a implementação do programa;
- IV. Promover a articulação do programa com outros programas de residência em saúde da instituição e com os cursos de graduação e pós-graduação;
- V. Fomentar a participação dos residentes, tutores e preceptores no desenvolvimento de ações e de projetos interinstitucionais em toda a rede de atenção e gestão do SUS;
- VI. Convocar e presidir as reuniões do Colegiado;
- VII. Organizar o calendário acadêmico de acordo com as diretrizes do Colegiado da Residência;

- VIII. Responsabilizar-se pela orientação e pela coordenação dos serviços de escolaridade, de acordo com a sistemática estabelecida pelos órgãos competentes;
- IX. Administrar os recursos materiais, humanos e financeiros alocados para o programa;
- X. Fiscalizar o cumprimento das atividades de ensino, apresentando aos órgãos competentes os casos de irregularidades e de infrações disciplinares;
- XI. Solicitar providências que se fizerem necessárias para o melhor funcionamento do curso, em matéria de instalações, equipamentos e pessoal;
- XII. Fiscalizar o cumprimento dos programas de ensino e práticas e a execução dos demais planos de trabalhos acadêmicos, apresentando aos órgãos competentes os casos de irregularidades ou infrações disciplinares e não cumprimento da carga horária;
- XIII. Supervisionar as atividades pertinentes à ampliação do acervo bibliográfico;
- XIV. Promover a divulgação do Programa de Residência;
- XV. Encaminhar ao Serviço de Registro de Diploma (SRD), o regimento do programa e sua grade curricular, assim como suas alterações;
- XVI. Representar o Programa de Residência no Conselho Departamental do Centro Acadêmico de Vitória, junto aos órgãos superiores da Universidade, instituições acadêmicas, agências de fomento à pesquisa, Ministério da Saúde, Prefeitura da Vitória de Santo Antão e seus, associações profissionais, entidades públicas e privadas;
- XVII. Articular-se com a o Colegiado Maior do órgão proponente, com a Comissão de Pós-Graduação e Pesquisa do CAV e com a PROPESQ, a fim de harmonizar o funcionamento da Residência com as diretrizes deles emanadas;
- XVIII. Assinar certificados de conclusão do curso emitidos pela COREMU;
- XIX. Cumprir e fazer cumprir as decisões dos órgãos superiores sobre matérias relativas à Residência, bem como desempenhar as demais funções que lhe forem atribuídas no Regimento Geral da Universidade e em Resoluções do Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão - CCEPE;
- XX. Responsabilizar-se pela documentação do programa e atualização de dados junto às instâncias institucionais locais de desenvolvimento do programa e à CNRMS;
- XXI. Coordenar o processo de auto-avaliação do programa.

Artº 16: A secretaria do PRMIAS será exercida por funcionários do CAV, para isso designados, com a responsabilidade de:

I – Receber documentação e encaminhá-la à coordenação, bem como promover o envio da documentação emitida pela coordenação;

II – Receber as demandas dos residentes e repassá-las à coordenação;

Regimento Interno Lido e Debatido nos Colegiados de 8.07.15 e 26.08.15

III – Elaborar e divulgar as atas de reuniões de colegiado;

IV – Providenciar a emissão de documentos, respeitados os prazos de solicitação de 03 (três) dias úteis de antecedência para solicitações de declarações e ofícios; e o prazo de 05 (cinco) dias úteis de antecedência para solicitação de histórico.

## **TITULO V**

### **DOS DOCENTES, TUTOR E PRECEPTOR**

#### **DOCENTE**

Art. 17º. Os docentes são profissionais vinculados às instituições formadoras e executoras que participam do desenvolvimento das atividades teóricas e teórico-práticas previstas no Projeto Pedagógico, devendo ainda:

- I. Articular junto ao tutor mecanismos de estímulo para a participação de preceptores e residentes nas atividades de pesquisa e nos projetos de intervenção;
- II. Apoiar a coordenação do programa na elaboração e execução de projetos de educação permanente em saúde para a equipe de preceptores da instituição executora;
- III. Promover a elaboração de projetos de mestrado profissional associados aos programas de residência;
- IV. Orientar e avaliar os trabalhos de conclusão do programa conforme as regras estabelecidas neste regimento;

#### **TUTOR**

Art.18º. O tutor realiza atividade de orientação acadêmica de preceptores e residentes, preferencialmente nas modalidades de tutoria de núcleo e tutoria de campo por profissional com titulação mínima de mestre;

**§ 1º.** A tutoria de Núcleo corresponde à atividade de orientação acadêmica voltada à discussão das atividades teóricas, teórico-práticas e práticas do núcleo específico profissional desenvolvidas pelos preceptores e residentes.

**§ 2º.** A tutoria de Campo corresponde à atividade de orientação acadêmica voltada à discussão das atividades teóricas, teórico-práticas e práticas desenvolvidas pelos preceptores e residentes, no âmbito do campo de conhecimentos, integrando os núcleos de saberes e práticas das diferentes profissões que compõem a área de concentração do programa.

Art. 19º. Ao tutor compete:

- I. Manter o colegiado da Residência informado sobre o desenvolvimento das atividades e dificuldades encontradas;

II. Implementar estratégias pedagógicas que integrem saberes e práticas, promovendo a articulação ensino-serviço, de modo a proporcionar a aquisição das competências previstas no PP do programa, realizando encontros periódicos com preceptores e residentes com frequência quinzenal ou conforme a necessidade das equipes, contemplando todas as áreas envolvidas;

III. Participar das reuniões do colegiado para as quais for convocado;

IV. Participar do processo de avaliação do residente;

V. Informar bimestralmente ao coordenador o resultado da avaliação individual dos residentes sob sua responsabilidade no que diz respeito ao seu desempenho acadêmico e aos demais critérios de avaliação;

VI. Ministrare/ou coordenar aulas, grupos de estudo, ou outras atividades acadêmicas com os residentes;

VII. Promover a integração dos residentes das diversas áreas profissionais;

VIII. Colaborar para a integração dos residentes com a equipe de saúde, usuários (indivíduos, família e grupos) e demais serviços;

IX. Estabelecer articulação com os preceptores.

X. Orientar e avaliar os trabalhos de conclusão do programa de residência, conforme as regras estabelecidas por este regimento.

**Parágrafo único:** O tutor de núcleo eleito pelos demais para representa-los no colegiado deverá estabelecer comunicação com os demais tutores de núcleo com referência às demandas ao colegiado e deliberações deste.

### **PRECEPTOR**

Art. 20º A função de preceptor caracteriza-se por supervisão direta das atividades práticas realizadas pelos residentes nos serviços de saúde onde se desenvolve o programa, exercida por profissional vinculado à Instituição Formadora ou Executora.

§1º O preceptor direto deverá ser da mesma área profissional do residente sob sua supervisão, estando presente no cenário de prática.

§2º O preceptor direto não necessariamente estará lotado na mesma equipe do residente.

Art. 21º Ao preceptor compete:

- I. Exercer a função de orientador de referência para os Residentes no desempenho das atividades práticas vivenciadas no cotidiano da atenção e gestão em saúde;
- II. Orientar e acompanhar, com suporte dos Tutores o desenvolvimento do plano de atividades teórico-práticas e práticas do residente, devendo observar as diretrizes do PP;

- III. Facilitar a integração dos residentes com a equipe de saúde, usuários (indivíduos, família e grupos), residentes de outros programas, bem como com estudantes dos diferentes níveis de formação profissional na saúde que atuam no campo de prática;
- IV. Participar, junto com os residentes e demais profissionais envolvidos no programa, das atividades de pesquisa e dos projetos de intervenção voltados à produção de conhecimento e de tecnologias que integrem ensino e serviço para qualificação do SUS;
- V. Identificar dificuldades e problemas de qualificação dos residentes relacionadas ao desenvolvimento de atividades práticas de modo a proporcionar a aquisição das competências previstas no PP do programa, encaminhando-as aos tutores quando se fizer necessário.

## **TÍTULO VI**

### **DA ADMISSÃO E MATRÍCULA**

Art. 22º. A admissão ao PRMIAS/UFPE/CAV tem como pré-requisitos graduação em instituição de ensino superior reconhecida ou validada pelo MEC e dedicação integral.

Art. 23º. O ingresso no programa se dará por meio de concurso público a ser Regulamentado por Edital específico, conduzido pela COREMU.

§ 1º. No ato da matrícula o candidato deverá assinar termo de compromisso individual no qual conste que o mesmo não tem vínculo empregatício no momento e não o terá no período de vigência da residência e que está ciente da dedicação exclusiva exigida no programa pelo período de dois anos e que ocorrerão atividades aos finais de semana e feriados, se necessário.

§ 2º. Após o procedimento de matrícula na secretaria estadual de saúde, caberá ao profissional residente se apresentar à instituição formadora no prazo máximo de 48 horas, portando a mesma documentação da matrícula.

## **TÍTULO VII**

### **DOS DIREITOS E DEVERES DOS RESIDENTES**

#### **SEÇÃO I**

#### **DIREITOS**

Art. 24º. São direitos dos residentes:

- I. Recebimento de bolsa – paga pelo Ministério da Educação/ Ministério da Saúde;
- II. Período de 30 (trinta) dias consecutivos de descanso, no mês de janeiro;
- III. Participação em eventos de caráter científico desde que haja autorização do Colegiado;
- IV. Aperfeiçoar-se tecnicamente de acordo com as atividades estabelecidas para o programa de residência, com orientação dos tutores e preceptores;

- V. Ser informado sobre o regimento do PRMIAS/UFPE/CAV;
- VI. Receber certificado de conclusão do programa quando obtida a aprovação e cumpridos todos os requisitos descritos neste Regimento e no Projeto Político Pedagógico;
- VII. Utilizar a Biblioteca da UFPE/CAV;
- VIII. Ser informado com antecedência das atividades (teórica, teórico-práticas e práticas) a serem desenvolvidas;
- IX. Ter conhecimento dos critérios e resultados de cada avaliação;
- X. Votar nos processos eleitorais para reitorado e diretoria do centro acadêmico.

### **BOLSA DE ESTUDOS**

Art. 25°. É concedida bolsa de Educação pelo Trabalho ao Residente do PRMIAS/UFPE/CAV, financiada pelo Ministério da Saúde – Ministério da Educação. A bolsa tem validade de 24 meses, desde que garantido e liberado o financiamento pelos Ministérios da Saúde e Educação.

Art. 26°. Para formalizar sua posição dentro do PRMIAS/UFPE/CAV, o Residente deverá assinar o Termo de Compromisso no ato da matrícula.

Art. 27°. O Termo de Compromisso de Residência Multiprofissional não implica vínculo trabalhista de qualquer natureza, em nenhum dos Serviços em que seja desenvolvido o Programa de Residência, não havendo, em hipótese alguma, motivo para futuras reclamações nesse sentido.

Art. 28°. É obrigatória a contribuição à Previdência Social

- I. Após a seleção e ingresso no PRMIAS/UFPE/CAV, o Residente fica obrigado a apresentar o comprovante de seu vínculo como autônomo ao regime da Previdência Social;
- II. Quando necessário, o residente deverá requerer o benefício do INSS a que tem direito e comunicar à Secretaria do Programa. Não haverá compensação pecuniária ao residente, pelo programa, referente aos dias em benefício, ficando o Residente restrito ao benefício do INSS no período.

### **DAS LICENÇAS**

Art. 29°. É assegurada à Residente gestante ou adotante a licença maternidade, com manutenção da Bolsa, por até 120 (cento e vinte) dias, sendo prorrogada, por mais 60 (sessenta) dias nos termos da Lei 11.770, de 9 de setembro de 2008, quando requerida pela residente até 30 dias após o parto, sob solicitação. A vigência letiva do programa será prorrogada pelo mesmo período da licença, para fins de cumprimento da carga horária mínima, bem como da bolsa a que faz jus.

**Parágrafo Único** - Na interrupção da licença-maternidade antes do tempo previsto, a Residente deve apresentar o atestado de saúde correspondente e, dessa forma, cessar o uso desse direito.

Art. 30°. É assegurada ao Residente a licença-paternidade de 5 (cinco) dias, para auxiliar a mãe de seu filho recém-nascido ou adotado, mediante apresentação de certidão de nascimento ou do termo de adoção da criança.

Art. 31°. Será concedida a licença para tratamento de saúde, mediante apresentação de atestado médico, no total de:

a) Até 30 (trinta) dias por ano, receberá a bolsa integralmente;

b) A partir do 31° (trigésimo primeiro) dia de licença receberá auxílio doença do INSS, ao qual está vinculado por força de sua condição de autônomo;

c) O profissional residente que se afastar do programa por qualquer uma das licenças previstas deverá completar a carga horária prevista repondo as atividades perdidas em razão do afastamento, conforme Regimento da COREMU-UFPE;

d) O residente que ficar licenciado, até o máximo de 30 (trinta) dias, poderá optar, por escrito, para compensar este período com as férias.

Art. 32°. Também são licenças concedidas pelo programa:

I- Licença Nojo – será concedido 8 (oito) dias, em caso de óbito de parentes de 1º grau, ascendentes ou descendentes.

II- Licença Gala – será concedida por 8(oito) dias para casamento, mediante a apresentação da declaração de casamento ou união estável.

### **AFASTAMENTOS**

Art. 33°. Será autorizado o afastamento para participação em atividades, de até 10 dias (dez) úteis por ano do programa, em eventos científicos (congresso, seminário, simpósio, encontro ou similar), relacionados aos conteúdos do Programa de Residência, preferencialmente como autor ou co-autor de trabalho científico.

- I. Para que receba tal dispensa ao afastamento, o residente deverá encaminhar requerimento por escrito a secretaria do Programa, assinado pelo Residente e pelo seu preceptor ou tutor, acompanhado do programa do evento com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, mesmo que a aprovação final de participação ainda não tenha sido recebida.
- II. A participação deve ser comprovada com a apresentação de cópia do comprovante de inscrição e certificado de participação à secretaria do Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização de Atenção à Saúde da Universidade Federal de Pernambuco (PRMIAS/UFPE/CAV), junto com a frequência mensal.
- III. Os custos referentes à participação no evento são assumidos pelo Residente, sendo livre a busca por apoio em órgãos públicos e ou de representação, nas Secretarias Municipais ou Estaduais de Saúde, e nos Editais da UFPE.

- IV. O afastamento nestes casos será contado como carga horária teórico-prática: a liberação total da carga horária prática será concedida se houver apresentação de trabalho científico na área do programa, como autor ou co-autor; no caso de participação no evento como ouvinte ou em cursos, a liberação de carga horária prática será de 50%;
- V. Não há liberação de carga horária teórica, devendo a mesma ser reposta conforme coordenação do programa.

§1º. quando o período do afastamento solicitado corresponder a período de execução de disciplina, em que o afastamento ultrapasse 15% da carga horária da disciplina, o residente não poderá ser liberado.

§2º. As demais hipóteses de afastamento do PRMIAS serão avaliadas e decididas pelo Colegiado, bem como o período e a forma de reposição.

### **TRANCAMENTOS**

Art.34º. O trancamento de matrícula, parcial ou total, exceto para o cumprimento de obrigações militares, poderá ser concedido, excepcionalmente, mediante aprovação do colegiado do PRMIAS, e homologada pela COREMU e pela CNRMS.

§ 1º. Para análise e deliberação pelo colegiado, o profissional residente deverá apresentar solicitação formal, em que conste o conteúdo, prazo e motivo da solicitação de trancamento.

§ 2º. O trancamento poderá ser solicitado após 06 (seis) meses do início do programa e por um período máximo de 06 meses.

§ 3º. O residente deverá aguardar a decisão do colegiado, sobre o trancamento, em atividade, permanecendo em suas atividades teóricas, práticas e teórico-práticas, até o recebimento formal da deliberação positiva do trancamento;

§ 4º. Caso a solicitação de trancamento seja indeferida, o residente deverá receber formalmente o teor da decisão; No caso de deferimento, o colegiado deverá comunicar a COREMU, a CNRMS e ao órgão financiador da bolsa, para suspensão de seu pagamento.

§ 5º. Durante o período de trancamento fica suspenso o pagamento de bolsa trabalho;

§ 6º. No caso de afastamento por obrigações militares, bastará o encaminhamento de requerimento à coordenação do Programa.

### **SEÇÃO II**

#### **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES NA APRENDIZAGEM.**

Art. 35º. O Profissional de Saúde Residente, sob pena de sanções disciplinares, obriga-se a:

- I. Cumprir a legislação vigente do PRMIAS/UFPE/CAV em seu programa de educação permanente e as normas dos Serviços que servem de campo de treinamento, dedicando-se com esmero e afinco a fim de adquirir competências, habilidades e conhecimentos

Regimento Interno Lido e Debatido nos Colegiados de 8.07.15 e 26.08.15



científicos concernentes ao perfil do egresso, no sentido de promover e recuperar a saúde do ser humano, sob a orientação dos preceptores e tutores;

- II. Exercer suas atividades em conjunto com as equipes de saúde, de forma cooperativa, educada, fraterna, na perspectiva da interdisciplinaridade;
- III. Executar todas as atividades propostas pelo Programa de Residência, concernentes as atividades teórico-práticas em serviço, aos módulos teóricos integrados por campos e núcleos de saber e prática, trabalhos científicos, atividades de extensão e pesquisas, assim como participar dos processos de avaliação;
- IV. Cumprir a carga horária do PRMIAS/UFPE/CAV, ser pontual e assíduo; Em caso de faltas não justificadas serão aplicadas sanções disciplinares;
- V. Comparecer às reuniões marcadas e convocadas pelo coordenador do Programa de Residência, pelos preceptores, pelos tutores, reuniões das equipes dos diferentes campos de saber e prática;
- VI. Integrar-se ao processo de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação e pós-graduação desta Universidade.
- VII. Conduzir-se com comportamento ético perante a comunidade e usuários envolvidos no exercício de suas funções, bem como perante a coordenação, o corpo docente, os preceptores, corpo discente e técnico-administrativo das instituições que desenvolvem os programas;
- VIII. Zelar pelo patrimônio institucional;

Art. 36º. É vedado ao residente:

- I. O exercício profissional remunerado, dentro ou fora dos Serviços de Saúde do PRMIAS/UFPE/CAV, atendendo ao disposto pela legislação, que prevê regime de dedicação exclusiva;
- II. Realizar outras atividades profissionais e ou de formação acadêmica, concomitante a participação no Programa de Residência;
- III. Ausentar-se do Serviço de Saúde durante o período de trabalho, sem prévia autorização do preceptor ou tutor.
- IV. Delegar a outrem sua responsabilidade prevista no PRMIAS/UFPE/CAV.

#### DO ABANDONO

Art. 37º Será caracterizado como abandono do Programa de Residência a falta, não justificada, de 05 (cinco) dias consecutivos à Coordenação do Programa.

Art. 38º Após 5 (cinco) dias de ausência sem comunicação à Coordenação do PRMIAS/UFPE/CAV, esta deverá tentar contato com o residente ou familiares, a fim de esclarecer impedimentos à comunicação. Constatado impedimento por motivo de força maior, não caracterizar-se-á abandono;

Regimento Interno Lido e Debatido nos Colegiados de 8.07.15 e 26.08.15

Art. 39º Caracterizado o abandono, a Coordenação do PRMIAS/UFPE/CAV deverá comunicar oficialmente à COREMU para as providências cabíveis.

## TITULO VIII

### DAS ATIVIDADES TEÓRICAS E TEÓRICO-PRÁTICAS

Art. 40º. Os conteúdos teóricos serão divididos em atividades comuns a todas as profissões e, se necessário, atividades específicas de cada profissão.

**Parágrafo único.** Os locais para desenvolvimento das atividades teóricas e teórico-práticas serão determinados pelo coordenador da residência, ficando o residente responsável por sua locomoção.

## TITULO IX

### DAS ATIVIDADES PRÁTICAS

Art. 41º. As atividades práticas e teórico-práticas do PRMIAS/UFPE/CAV correspondem a 48 (quarenta e oito) horas semanais, sendo estas realizadas na cidade da Vitória de Santo Antão, vinculadas à Atenção Primária;

## TITULO X

### DA AVALIAÇÃO

Art. 42º. A Avaliação do desempenho do Residente deverá ter caráter formativo e somativo, com utilização de instrumentos que contemplem os atributos cognitivos, atitudinais e psicomotores estabelecidos pelo Colegiado em conformidade com a COREMU, e descritos no Projeto Político Pedagógico do Curso;

§ 1º. A sistematização do processo de avaliação deverá ser bimestral, preferencialmente com discussão das notas em reunião de tutoria de núcleo, em que também esteja presente o preceptor e o residente. Caso não seja possível a discussão conjunta das notas, o preceptor e o tutor de núcleo conversarão separadamente com o residente sob avaliação, e a nota final será a média das duas;

§ 2º. Durante o período de diagnóstico pelos R1, a nota será emitida somente pelo tutor de núcleo, na presença do residente.

§ 3º. No final de cada ano, será atribuída uma nota com base na média aritmética das avaliações realizadas, sendo aprovado o residente que obtiver média anual igual ou superior a 07 (sete);

§ 4º. A média final do curso consiste na média das médias das notas teóricas (disciplinas), teórico-práticas, práticas e monografia.

Art.43º. O profissional residente será considerado aprovado para o ano seguinte quando cumprir os seguintes requisitos:

- I. Nota de aproveitamento nas atividades teóricas e teórico-práticas maior ou igual a 7 (sete pontos). Caso o residente obtenha nota inferior a 7 (sete pontos) em alguma disciplina, o

mesmo poderá passar para o segundo ano de residência, ficando pendente para cursar a disciplina quando a mesma for ofertada no ano subsequente.

- II. Nota de aproveitamento nas atividades práticas maior ou igual a 7 (sete pontos). Caso o residente obtenha nota inferior a 7 (sete pontos) em algum dos rodízios/estágios, este deverá ser repetido no mês subsequente, ao final de cada ano da residência ou ao final do 2º ano de Residência conforme as especificidades de cada programa.
- III. Ter no mínimo 85% de presença nas atividades teóricas e teórico-práticas e 100% de presença nas atividades práticas.

Parágrafo único - O Profissional Residente fará sua auto-avaliação e a avaliação do Programa, conforme instrumento aprovado em colegiado.

## TITULO XI

### DO ESTÁGIO OPTATIVO

Art.44º. O estágio optativo é uma modalidade de atividade prática que poderá ser solicitada pelo profissional Residente a partir do segundo trimestre do segundo ano do programa, em local de sua escolha, e atender as seguintes condições;

- I. O Residente deverá ter feito a qualificação de seu projeto TCC;
- II. O Estágio optativo deve ser desenvolvido na área de concentração do Programa, sob avaliação do colegiado;
- III. Apresentar plano de trabalho do estágio.
- IV. Apresentar carta de aceite da instituição/serviço com a indicação do preceptor direto do local do estágio.

Art.45º. O estágio optativo será desenvolvido em um período máximo de até 30 dias úteis;

Art.46º. A solicitação para realizar o estágio optativo deverá ser encaminhada por escrito a Coordenação do PRMIAS/UFPE/CAV anexando juntamente a Carta de aceite da instituição/serviço onde o mesmo será realizado, com no mínimo 03 (três) meses de antecedência do início do período proposto para o estágio;

**Parágrafo Único:** todos os custos do estágio optativo serão de responsabilidade do residente.

Art. 47º. As solicitações dos residentes serão encaminhadas pela Coordenação do PRMIAS/UFPE/CAV para análise pelo colegiado que irá deferir ou não a solicitação.

## TITULO XII

### DA MONOGRAFIA

Art. 48º A monografia, no formato de artigo, deverá ser individual e apenas terá validade para conclusão do programa mediante cumprimento da carga horária total e de todas as atividades da residência.

§1º O projeto de monografia deverá ser entregue à Coordenação do Programa, conforme os prazos estabelecidos no cronograma da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica.

§2º Havendo justificativa e concordância do orientador, poderá haver prorrogação de prazo, para entrega do projeto, de até, no máximo, 30 dias antes da conclusão do 1º ano.

§3º O projeto definitivo e o comprovante de encaminhamento ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) deverão ser entregues até o último dia do primeiro ano à Coordenação da Instituição Executora, com ciência da Coordenação da Instituição Formadora.

§4º A orientação da monografia deve ser realizada por: a) Docente da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) vinculado ao PRMIAS da UFPE e b) Preceptor (a) do PRMIAS, desde que possuam a titulação mínima de mestre.

§5º A co-orientação da monografia não é obrigatória, podendo ser realizada por docente ou profissional pertencente ou não a UFPE, com titulação mínima de especialista. A escolha do co-orientador é do residente em comum acordo com o orientador. Recomenda-se que o co-orientador seja o preceptor do serviço/setor no qual o trabalho é desenvolvido.

§6º O credenciamento do orientador e co-orientador no Programa de Residência, dar-se-á pela Coordenação do Programa, segundo os critérios: a) Termo de Aceite de Orientação da monografia, b) Declaração do Orientador de Aceite da Co-orientação, c) Termo de Aceite de Co-orientação da monografia, d) Comprovante de titulação mínima do co-orientador. Tal documentação deverá ser entregue ao final do primeiro mês da disciplina de Metodologia Científica.

§7º O número máximo de orientações por docente ou preceptor credenciado é de quatro residentes por ano, sendo dois R2 e dois R1.

§8º O projeto de pesquisa será elaborado conforme o modelo do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) disponibilizado no site da Plataforma Brasil;

§9º O residente do segundo ano deve entregar mensalmente à Coordenação do Programa a ficha de controle de orientação da monografia apropriadamente preenchida e assinada pelo orientador e/ou co-orientador e orientando;

§10º O residente deverá dar ciência a equipe do serviço/setor onde será desenvolvida a pesquisa antes do início da coleta de dados.

§11º A Qualificação do projeto de monografia pelo residente para a banca examinadora será marcada pela Coordenação do Programa devendo ocorrer até o final do mês de novembro do primeiro ano de residência, podendo haver prorrogação conforme parágrafo segundo;

§12º A banca para qualificação do projeto de monografia será composta por um professor convidado, que seja lotado no CAV; e o orientador. O residente disporá de 20 minutos para a apresentação do projeto e cada membro da banca disporá de 10 minutos para considerações.

§13º As normas para apresentação da monografia deverão seguir a regulamentação aprovada pela COREMU, e, quando necessário, adequada em colegiado;

§14º A defesa da monografia é autorizada pela coordenação da instituição formadora após o residente comprovar a apresentação do relatório final do estudo ao Comitê de Ética dentro do prazo estipulado pela coordenação.

§15º O agendamento da banca de avaliação da monografia deverá ser feito até 30 dias antes da data marcada, em formulário padrão assinado pelo orientador, com indicação dos componentes da banca e de um suplente para cada convidado.

§16º O residente deverá entregar cópia impressa aos componentes da banca com antecedência mínima de 15 dias antes da apresentação.

§17º A banca para avaliação da monografia será composta por:

- I. 01 Docente da instituição formadora;
- II. 01 convidado da instituição executora, que tenha, pelo menos, o título de especialista, quando possível, ou um segundo professor da instituição formadora;
- III. Orientador.

§18º O residente disporá de 30 minutos para a apresentação da monografia e cada membro da banca disporá de 15 minutos para considerações, ao final do que, ao residente serão concedidos mais 15 minutos, para respostas e considerações finais.

§19º O Residente que não defender a monografia na data programada deve providenciar justificativa em até 2 (dois) dias úteis, encaminhando-a à coordenação do programa para que o caso seja analisado no Colegiado Interno. Caso aprovada a justificativa, é providenciada a remarcação de data pela coordenação, devendo o residente defender seu trabalho dentro de um prazo máximo de três meses. Caso a justificativa seja negada ou ocorra o descumprimento do prazo estipulado o residente não terá direito a receber o certificado/declaração de conclusão do Programa.

§20º Durante a prorrogação não haverá recebimento de bolsa;

§21º A nota mínima para aprovação do residente na monografia é 7,0 (sete).

§22º A monografia aprovada deve ser entregue à Coordenação do Programa até 30 dias após a defesa, conforme as normas pré-estabelecidas: trabalho em formato impresso e digital, declaração de que foram realizadas as correções sugeridas pela banca examinadora, sendo esta assinada pelo orientador e orientando e comprovante de envio do artigo para publicação.

§23º A carga horária teórica, no segundo ano, destinada ao desenvolvimento das atividades concernentes à monografia é de 144 horas.

Art.49º. O Não cumprimento do artigo 43º deste regimento ao final do primeiro e do segundo ano, e do parágrafo 22º do artigo 48º ao final do segundo ano, será motivo de não conclusão do Programa pelo Profissional Residente.

### **REGIME DISCIPLINAR**

Art. 50º. O regime disciplinar aplicável deve considerar os antecedentes, a intensidade do dolo ou o grau de culpa, a motivação e as conseqüências do ato e prevê as seguintes penalidades, não seguindo necessariamente sequencia hierárquica:

- I. Advertência verbal
- II. Repreensão, por escrito.
- III. Suspensão.
- IV. Desligamento.

§1º - Em caso de aplicação de sanção disciplinar, a coordenação deverá chamar o residente para o recebimento da notificação por escrito, contendo a definição da penalidade e sua justificativa;

§2º - Será assegurada ao profissional residente a ampla defesa em todas as modalidades de sanção disciplinar.

Art.51º. A advertência verbal poderá ser aplicada pelo preceptor, tutor, docente e coordenação do PRMIAS, e a advertência por escrito será aplicada pela coordenação do programa. Ambas as sanções deverão ser documentadas e assinadas pelo residente e pelo profissional que aplicou a sanção.

§1º - As sanções de suspensão e a de desligamento deverão ser deliberadas pelo colegiado e a sanção de desligamento deverá ser homologada pela COREMU.

§2º - Caso o residente se recuse a receber a notificação de penalidade, a coordenação coletará a assinatura de duas testemunhas da tentativa de entrega da notificação e comunicará a situação ao colegiado.

Art. 52º. A pena de repreensão (verbal e por escrito) é aplicada ao residente quando:

- I. Faltar com comportamento ético e respeitoso perante a comunidade e usuários envolvidos no exercício de suas funções, bem como perante a coordenação do programa da instituição formadora e ou executora, o corpo docente, os preceptores, demais residentes, corpo discente e técnico-administrativo das instituições do programa;
- II. Faltar à urbanidade e à compostura nas atividades e em suas relações acadêmicas com membros da comunidade universitária, profissionais ou usuários da (s) unidade (s) na (s) qual (ais) estiver desenvolvendo suas atividades;
- III. Descumprir determinações estatutárias, regimentais e normativas desta Universidade, do PRIMIAS e dos Serviços;

- IV. Utilizar meios inidôneos na execução dos atos ou trabalhos acadêmicos, em benefício próprio ou de outrem;
- V. Não entregar à secretaria do curso a frequência mensal devidamente preenchida, no prazo máximo de 30 dias.
- VI. Descumprir o horário ou faltar as atividades sem justificativa plausível e feita por escrito.

Art. 53º. A pena de suspensão poderá ser aplicada ao aluno quando:

- I. Reincidir em transgressão penalizada com repreensão verbal ou escrita;
- II. Danificar o patrimônio da Universidade ou Serviços de Saúde, caso em que, além da penalidade, ficará obrigado a reparar o dano em caso de dolo confirmado;
- III. Praticar atos de improbidade nas dependências da Universidade ou em outros locais quando participante de atividades acadêmicas;
- IV. Retirar, sem permissão da autoridade competente, objeto ou documento da Universidade ou Serviço de Saúde;
- V. Falsificar documentos para obter vantagem pessoal ou de outrem.

**§ 1º.** A penalidade de suspensão não será inferior a 03 (três) nem superior a 30 (trinta) dias letivos, a ser cumprida imediatamente após a deliberação do colegiado;

**§ 2º.** Ao residente suspenso é vedado praticar atividades acadêmicas e exercer função representativa junto aos órgãos universitários, excetuando eventos científicos previamente autorizados;

**§ 3º.** O residente deverá repor a carga horária referente ao quantitativo de dias de suspensão, preferencialmente no ano em curso ou no ano subsequente;

Art. 54º. A pena de desligamento poderá ser aplicada ao Profissional de Saúde Residente quando:

- I. Faltar até 15 (quinze) dias consecutivos ou até 30 (trinta) dias intercalados a cada ano, sem justificativa aceita pelo colegiado;
- II. Reincidir em penalidade de suspensão;
- III. Cometer falta grave a este Regimento e, após análise do Colegiado, esgotados todos os recursos possíveis, for assim decidido;
- IV. Quando comprovadas dificuldades não superáveis no relacionamento com usuário/pacientes, residentes, preceptores, tutores, docentes, coordenadores e/ou profissionais dos serviços, com prejuízo para o andamento do programa;
- V. Pelo descumprimento do respectivo Termo de Compromisso;

VI. Descumprir os prazos estabelecidos para a entrega do projeto de pesquisa, para qualificação, e monografia, para conclusão do curso; ou ainda se descumprir prorrogação solicitada;

Art. 55°. As penalidades aplicadas ficam consignadas nos registros acadêmicos do aluno até o final de seu vínculo com a Universidade.

## **TITULO XII**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 56°. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do PRIMIAS.

Art. 57°. O presente Regimento somente poderá ser modificado mediante proposta dos membros do Colegiado, em reunião, com número de votos igual a pelo menos dois terços do total de votos da comissão.

Art. 58°. Este Regimento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado.

Regimento Atualizado segundo Legislação vigente:

Lei Nº 11.129 de 30 de junho de 2005;

Portaria interministerial Nº 1.077 de 12 de novembro de 2009;

Resolução da CNRMS Nº 03 de 17 de fevereiro de 2011;

Resolução da CNRMS Nº 02 de 13 de abril de 2012;

Resolução da CNRMS Nº 03 de 16 de abril de 2012;

Vitória de Santo Antão, 26.08.2015